

UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL DE UMUARAMA, NO ESTADO DO PARANÁ.

Luiz Carlos dos Reis¹;
Daniela Carla de Oliveira².

RESUMO

Este trabalho visa relatar a experiência da oficina pedagógica realizada no Colégio Agrícola Estadual de Umuarama/PR que, mesmo localizado no campo e construído para atender aos filhos dos pequenos agricultores da região, os sujeitos do campo, não é reconhecido por toda a comunidade escolar, principalmente, pelos educadores e funcionários como uma escola do campo. A partir da participação em cursos e seminários que envolvem a temática da Educação do Campo e, após o início do Curso de Especialização em Educação do Campo (EaD), da Universidade Federal do Paraná-Setor Litoral, Pólo de Cruzeiro do Oeste, foi possível olhar para a realidade desse estabelecimento de ensino e reconhecer nele uma escola do campo. Contudo esse olhar é partilhado por poucos e, em vista disso foi proposta a realização de uma oficina pedagógica para levar ao conhecimento de educadores e funcionários do referido estabelecimento a proposta da Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Educadores, Sujeitos do Campo.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Cruzeiro do Oeste – Pr., luizreisuem@yahoo.com.br..

² Daniela Carla de Oliveira é Professora, Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá e Pesquisadora em Educação do Campo.

1 CONTEXTO

O Colégio Agrícola de Umuarama, na modalidade de educação profissional de nível médio de Técnico em Agropecuária, com duração de três anos, é resultado do empenho dos diferentes segmentos da sociedade umuaramense que há 17 anos, aproximadamente, por meio da colaboração voluntária (campanhas, organização de comissões, etc.) conseguiu adquirir um terreno de 65 alqueires que foi doado ao Município de Umuarama e, posteriormente, ao Governo Federal que, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), construiu a infra-estrutura necessária para o funcionamento dessa modalidade de ensino – educação profissional de nível médio. No entanto, as políticas governamentais - federal e estadual - nos anos subsequentes – 1995 a 2002, não contemplaram a autorização e o funcionamento do referido Colégio, na ocasião o MEC cedeu todo o espaço para que a Prefeitura Municipal de Umuarama zelasse por ele.

No período de 2003 a 2010 sob o Governo do então Governador Roberto Requião é retomado no Estado do Paraná a Educação Profissional em Nível Técnico. Em vista disso, o Conselho Estadual de Educação (CEE) aprova em 18 de dezembro de 2003, a implantação do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama a partir de julho de 2004. Esta decisão foi tomada pelo governo, após a possibilidade de uso compartilhado da “Escola Agrotécnica Federal” com a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Parte das instalações do estabelecimento em que funciona a Escola Agrotécnica Federal, são utilizadas pelo Campus de Umuarama (extensão da UEM) para os Cursos de Medicina Veterinária e Agronomia.

Ao Colégio Agrícola Estadual de Umuarama, por meio do Curso Técnico em Agropecuária em Nível Médio que funciona no período integral de segunda à sexta - feira, no período da manhã e tarde, cumpre a responsabilidade de transmitir os conhecimentos historicamente acumulados de forma reflexiva, conhecimentos científicos da Base Nacional Comum, da Parte Diversificada e da Parte Específica,

visando atender os anseios da comunidade por meio da execução de várias atividades, como a pesquisa e extensão em parceria com diferentes órgãos estaduais, municipais, ONGs e toda a comunidade em geral. Entre esses órgãos cita-se: UEM (Universidade Estadual de Maringá), EMATER (Empresa e Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná), IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), IAP (Instituto Ambiental do Paraná), UNIPAR (Universidade Paranaense), SEAB (Secretaria de Estado do Abastecimento), Prefeituras da região da AMERIOS (Associação Municípios Entre Rios), Escolas e Colégios da região, Cooperativas, propriedades rurais (pequenas, médias e grandes) e outros.

Após a implementação e reforma das instalações do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama, haverá a possibilidade de atender uma demanda maior de educandos abrangendo toda a região, e oportunizando diferentes regimes de atendimento: internato, semi-internato e externato.

O Colégio Agrícola Estadual de Umuarama, localiza-se na estrada da Paca, s/nº, anexo à Fazenda Agrotécnica Federal, Umuarama-Paraná, e conta com várias instituições ali instaladas (UEM, IAPAR, IAP, EMATER) dentre elas o Colégio Agrícola.

Para ingressar no curso em Agropecuária, do Colégio Agrícola de Umuarama, assim como em outros Colégios Agrícolas do Estado, o candidato submete-se a um teste com critérios estipulados pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) por meio do Departamento de Educação e Trabalho (DET).

O Colégio Agrícola Estadual de Umuarama atende educandos que tem quase que em sua totalidade, identidade com o campo ou com a pequena propriedade. Segundo o Núcleo Regional de Educação de Umuarama (NRE-Umuarama) o Colégio está inserido na concepção de Educação do Campo, porém os profissionais da educação que exercem atividades neste espaço não possuem esse entendimento. Na tentativa de reverter esta realidade optou-se por realizar, durante a semana de capacitação, uma oficina pedagógica.

O Colégio, assim, como quase todas as escolas do campo, apresenta problemas diversos : o número reduzido de educadores (educadores e agentes educacionais I e II) concursados, do total de 41 somente 16 profissionais de educação têm padrão fixo no colégio, os demais possuem aulas extras ou por contrato temporário, caso semelhante ocorre com os agentes educacionais I.

A ausência de formação e capacitação para especificidade do curso, trabalhar com a terra, animais, culturas, meio ambiente e com a pequena propriedade, para tanto sugere-se encontros anuais entre educandos e educadores de outras localidades e até mesmo de outros Colégios Agrícolas para troca de experiências e novos aprendizados; na atual realidade, a questão da Gestão Escolar democrática, que, na visão de Paulo Freire, parte dos conhecimentos que todos têm e assim todos “serem mais”, acredita-se que com formação e engajamento de todos na perspectiva de escola do campo e em função de toda história das escolas do campo e especificamente do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama, esta Gestão Escolar Democrática possa vir a acontecer em toda sua dimensão.

A SEED é a mantenedora do Colégio e o DET o departamento responsável por acompanhar a implementação e implantação do Projeto Político Pedagógico, proporcionando para isso a realização de editais para a contratação de educadores e profissionais específicos para atuar junto às diferentes disciplinas do Colégio e cursos de formação continuada entre outras ações que visam garantir uma educação de qualidade aos cursos de Nível Técnico.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A oficina iniciou-se na semana pedagógica de fevereiro do ano de 2010 e teve continuidade em vários momentos como, por exemplo, na hora atividade do educador ou em atividades de campo (aulas práticas), nas semanas pedagógicas que ocorrem sempre no início do ano letivo e no segundo semestre, após o período de férias de julho.

A realização da oficina objetiva: a) descrever o campo em seu contexto histórico, englobando os problemas e saídas no campo econômico, social e cultural; b) identificar, refletindo sobre os diferentes documentos que envolvem a Educação do Campo no contexto histórico brasileiro o atual contexto da educação do campo; c) propiciar uma breve análise sobre a Educação do Campo no atual contexto social; d) formar os profissionais de educação do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama, com o intuito de informar e conscientizar acerca do espaço em que trabalham, ou seja, de uma escola voltada ao campo, suas características e cultura, valorizando o saber dos povos do campo.

Durante a oficina foram abordados o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e os textos enviados pela SEED/PR.

No início do ano letivo é realizada em toda a Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná um momento de encontro, denominado de Semana Pedagógica, em que são reunidos no Colégio educadores, funcionários, equipe pedagógica e membros da comunidade que auxiliam na reflexão dos textos encaminhados pela SEED. Esse momento é destinado ao planejamento do semestre e é um raro espaço de socialização que permite o encontro entre todos os membros do Colégio, aproveitando esse espaço e alguns textos que tratam da Educação do Campo, reunidos durante a participação nos cursos de formação, em seminários e na pós graduação, foi proposta a realização de uma oficina dividida em três etapas.

A primeira etapa da oficina consistiu no relato da situação da Educação do Campo no Brasil, para tanto foram considerados os textos das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (MEC/SECAD, 2003), Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação do Campo (SEED/CEC, 2006) e “Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo” da Professora Doutora Roseli Salete Caldart. (disponível em <http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>), que orienta como inserir no Projeto Político Pedagógico da escola o tema Educação do Campo e do livro “Pedagogia do Oprimido” (1987), de Paulo Freire, que denuncia

uma elite que oprime para explorar e uma educação bancária que entende o educando como recipiente em que se deva depositar conhecimentos prontos sem direito a questioná-los.

Iniciou-se a semana pedagógica fazendo uma explicação dos aspectos históricos e legais em que está inserida a Educação do Campo desde a colonização do Brasil. Houve uma reflexão com os presentes acerca do modo de vida dos povos que viviam no Brasil e de todo modo de exploração das diferentes comunidades que aqui existiam até chegar ao modelo que temos hoje, passando pela destruição do meio ambiente, ressaltando que, em determinados pontos do Brasil, a flora e fauna foram destruídas e algumas espécies extintas. Destacou-se que o modo de tratar a cultura dos povos não foi no intuito de valorizá-los, mas de explorá-los; em seguida ressaltou-se aspectos culturais e de experiência de vida dos povos que aqui viveram e que foram eliminados e, assim, discriminados e desvalorizados por uma nova ordem econômica que estava sendo implantada no Brasil.

A sociedade do consumo, da exploração sem critérios valorizou o modo de vida urbana, enquanto aquele que trabalha a terra com suas especificidades ficou rotulado de “Jeca tatu” de “atrasado”, “empecilho ao desenvolvimento da nação” . Esse modo de ver os povos do campo foi incorporado por grande parte da população e, inclusive, por muitas populações oriundas do campo, fazendo com que sua auto-estima ficasse cada vez mais baixa e começassem a aceitar que estavam errados mesmo e que a cultura da cidade, do cultivo da monocultura é que estão corretas. Esse pensamento não era de todos, mas sim de um setor da sociedade e daqueles sem formação de luta, pois sempre houve resistência a esse modelo.

A sociedade não mostra os momentos de lutas em que houve obstáculos a esse modelo de destruição da cultura do homem do campo. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surgiu como resistência a esse modelo de agronegócio que expulsa o homem do campo e o joga para as periferias das grandes cidades e vão viver sem rumo, aumentando as comunidades dos sem-teto e dos sem-destino, que vivem perambulando pelas ruas e avenidas das metrópoles

brasileiras. Enfim trabalhou-se esses aspectos históricos e as conquistas nos últimos anos em relação à legislação, resultado das lutas dos movimentos sociais do campo.

Com esse modo de ver a realidade, um novo modelo de sociedade foi implantado pela classe dominante e o que importava para as pessoas era explorar para se ter lucro a todo custo não levando em conta as características das culturas produzidas e sem respeitar o modo de vida dos povos do campo. Exploravam, chegando a destruir comunidades e o modo de vida de muitos lugares que apresentavam cultura diversificada e rica em identidade local.

A segunda etapa da oficina pedagógica contemplou a leitura do texto: “Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo” da Prof^a. Dra. Roseli Salete Caldart.

Entre os trabalhadores em educação muitos são oriundos do campo, porém para alguns falta a conscientização da valorização e organização de aspectos culturais do campo, seja em relação às tradições peculiares de determinada comunidade ou seja de técnicas de produção de cultivo ou ainda, da desmistificação de que o campo é lugar do “atraso pois “quem vive na cidade vive melhor”. Há outros trabalhadores em educação que não concordam ou não aceitam esse modelo de educação que leva em conta a cultura dos povos do campo, mas valorizam unicamente a cultura urbana.

Houve interesse e reciprocidade dos participantes na reflexão acerca do tema. Ao final do debate, foi apresentado um questionário oral, com sete questões que provocaram nos participantes reflexões sobre o tema estudado na semana pedagógica de fev/2010. Para tanto foi usado como parâmetro o livro de Paulo Freire, “Pedagogia do Oprimido”, e o texto que diz:

Talvez seja eu entre os senhores, o único de origem operária. Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma coisa posso afirmar: cheguei a esse curso ingênuo e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me crítico. Esta descoberta, contudo, nem me faz fanático, nem me dá a sensação de desmoronamento (1987, p. 23)

Assim também é com os povos do campo, detentores de sabedoria e que com educação emancipadora e crítica se farão sujeitos críticos e cada vez mais, defensores da cultura local, sem, contudo desvalorizar as outras comunidades.

Após a leitura em grupo foi realizado um debate em que as principais questões abordadas foram: a) Há diferenças entre a escola em que trabalhamos e a escola do centro urbano? b) Os conteúdos que são trabalhados estão de acordo com a proposta do curso em agropecuária? c) Que sugestões incluir no projeto político pedagógico da escola, para que a educação do campo seja aprimorada sem, contudo renegar o contexto como um todo, campo e cidade juntos para o bem de todos?

A terceira etapa da oficina pedagógica foi a contextualização do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar a fim de apresentar aos profissionais da educação que estamos inseridos na Educação do Campo e realizar reflexões quanto as às inclusões no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica, ressaltando que cabe colocar em prática os conhecimentos adquiridos nesses dias de estudos e reflexão sobre a prática pedagógica até o momento e que os objetivos propostos sejam alcançados no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Durante a oficina pedagógica, os presentes fizeram uma contextualização histórica do Colégio, seu Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, e a Proposta Pedagógica Curricular em que constam os vários projetos do Colégio para serem desenvolvidos a cada ano pelos educadores e educandos, projetos que valorizam a agricultura orgânica, o desenvolvimento de produtos para diversificação da pequena propriedade, a criação de animais para sustento e comercialização, sempre valorizando a cultura do homem e da mulher do campo.

Dessa forma, o aprendizado estará voltado também à realidade do campo para assim se desenvolverem social, cultural e economicamente, ou seja, produzir, comercializar, morar dignamente, ter acesso à educação de qualidade e gratuita,

acesso à saúde, bem como fazer uso de tecnologias adaptadas, se for o caso, ou acesso a todas as tecnologias possíveis para a melhoria do seu trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES

A prática pedagógica acima descrita visa incorporar esses objetivos de valorizar a cultura dos povos do campo e propiciar aos educandos uma aprendizagem relacionada a esse contexto, para que possam aprender a não se sentir menor por fazerem parte desse local que é o campo, em relação aos que vivem nos espaços urbanos.

Com o conhecimento dos aspectos históricos e legais, os educandos passam a fazer da pequena propriedade um espaço para desenvolver a cultura dos povos do campo e também a fazer uso dos meios tecnológicos que propiciam um modo de vida que os faça crescer sem perder a sua identidade, vivendo em uma sociedade onde ninguém é mais nem menos, mas com características específicas do seu contexto local.

Figuras:



Figura 01- aviário de postura

Fonte: arquivo do autor, 2010



Figura 02 – produção de húmus, projeto minhocário,

Fonte: arquivo do autor 2010



Figura 03 – projeto fruticultura ecológica

Fonte: arquivo do autor 2010



Figura 04 café agroecológico

Fonte Arquivo do autor 2011



Figura 05 projeto horticulura orgânica.

Fonte: arquivo do autor 2010

A avaliação que se faz é que se trata de quebra de tabus dentro desse espaço e aos poucos as pessoas envolvidas vão se dando conta desse fato, ou seja, que há uma cultura, um modo de viver, cultivar, ensinar e aprender e que não se deve perder e vista que os povos do campo foram e são, em muitas situações, vistos como atraso por setores da sociedade que querem mostrar que somente as grandes propriedades com a monocultura é que são o bem para a Nação. Mas há esse entendimento de valorização e está-se trabalhando nisso, seja na valorização de culturas voltadas ao pequeno produtor, na plantação orgânica, na industrialização da produção, na pequena propriedade e nas atividades das disciplinas escolares, onde é mostrado que o campo é lugar de vida e que ali pode haver muitas experiências tão boas ou melhores que às da cidade sem perder o suposto bem estar que se propaga ser exclusividade da cidade.

Referências

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em:

<http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/cec/arquivos/File/textointegraldiretrizesCEB01200.pdf>. acesso em 30 de março de 2011;

BRASIL. MEC. **Resolução nº. 2, de 28 de Abril de 2008** - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em :http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em 01 de abril de 2011;

BRASIL/MEC/CNE. **Lei nº. 9394/96** (20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. acesso em 01 de abril de 2011;

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**, Texto produzido a partir da exposição “A construção da identidade da Educação do Campo”, desenvolvida no Seminário Estadual da Educação do Campo promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná de 9 a 11 de março de 2004., texto disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN02%20CALDART,%20R.S..pdf>, ano 2 - número 2 - 2004 acesso em 29/04/2011

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 18. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2006;

PARANÁ - PPP (Projeto Político Pedagógico) Colégio Agrícola Estadual de Umuarama – Paraná. (2010, p. 05 e 07), podendo ser consultado no site: www.umrcolagrica.seed.pr.gov.br;